

ROSA LUXEMBURGO: ACUMULAÇÃO E IMPERIALISMO

Eloah de Jesus Fassarella¹

RESUMO

O presente artigo busca apresentar uma análise sobre o estudo que Rosa Luxemburgo desenvolveu acerca do imperialismo em sua obra *A Acumulação do Capital*. Para isso, serão apresentados aspectos do trabalho da autora, a partir de interpretações sobre sua obra, até que se chegue à sua contribuição teórica para o estudo do imperialismo e os reflexos da mesma para a realidade atual.

Palavras-chave: mais-valia, acumulação, imperialismo.

INTRODUÇÃO

Em *A Acumulação do Capital*, publicado pela primeira vez em 1913, Rosa Luxemburgo apresenta sua análise sobre a reprodução da sociedade capitalista partindo do conflito em que encontrou para expor com clareza a teoria econômica de Marx quanto a reprodução global do capital ao tentar relacioná-la a aspectos concretos, chegando ao parecer de que haveriam equívocos teóricos e limites históricos em relação ao apresentado por Marx em *O Capital*, volume II.

Inserida em um contexto histórico conturbado, as vésperas da primeira grande guerra, a análise feita por Luxemburgo visa aproximar a teoria formulada por Marx com o cenário em que se encontrava. Nos parece que Rosa Luxemburgo encontrou dificuldades ao conectar o modelo teórico desenvolvido por Marx para explicar a reprodução ampliada da sociedade capitalista, inclusive por desconsiderar as abstrações feitas por ele. Entretanto, há que se retirar contribuições valiosas para a análise sobre o imperialismo que, inclusive, são resgatadas em tempos atuais.

Assim sendo, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições de Rosa Luxemburgo acerca do imperialismo através de resgates de sua obra *A Acumulação de Capital* e a partir da interpretação de diferentes pontos de vista sobre suas colaborações teóricas.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes).

Este trabalho está dividido em três seções. A primeira apresenta uma análise sobre a origem do problema encontrado por Rosa Luxemburgo, portanto, o ponto de partida para o desenvolvimento de sua análise explicativa da realidade em que estava inserida, quanto a reprodução da sociedade capitalista. Posteriormente, a revisão feita na seção dois é referente à solução apresentada por Rosa Luxemburgo relativa ao problema de demanda na sociedade capitalista, em que será apresentado o termo “mercado externo”.

As abordagens feitas nas seções um e dois servem de subsídio para a terceira seção que traz, por fim, as análises de Luxemburgo sobre o imperialismo. Nesse ponto serão abordados os meios pelo qual o capital realiza sua reprodução, portanto, será analisada a importância que Rosa Luxemburgo confere ao mercado externo e ao militarismo para a superação de barreiras à acumulação do capital.

PONTO DE PARTIDA: O PROBLEMA QUANTO A REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Rosa Luxemburgo inicia sua principal obra apresentando o problema sobre a reprodução do capital social total. A autora problematiza o fato de que a produção na sociedade capitalista não é realizada visando os valores de uso, mas o que importa de fato ao capitalista é que a mercadoria produzida seja valor de uso para uma outra pessoa. Sendo assim, a produção não busca sanar necessidades humanas, mas o valor de uso será meio de apropriação de mais-valia. Essa apropriação só ocorrerá quando a mais-valia for realizada no mercado, ou seja, quando a mercadoria for trocada por dinheiro.

Sendo a reprodução um novo processo produtivo, depende de que o capitalista realoque essa mais-valia realizada em meios de produção e força de trabalho, capitalizando-a, para que assim consiga extrair quantidades maiores de mais-valia.

A acumulação do capital possui algumas características específicas. É regra para a reprodução da sociedade capitalista que seja ampliada a produção de mais-valia, pois dessa forma, o capital é aumentado. Para que essa regra seja seguida, tem-se a conclusão de que, antes de ser capitalizada, a mais-valia precisa se efetivar no mercado. Portanto, a mais-valia precisa assumir a forma dinheiro, para que então possa encontrar no mercado meios de produção e força de trabalho necessários ao novo processo produtivo. O mercado, portanto, precisará fornecer, além de meios de produção e força de trabalho, os meios de subsistência equivalentes ao capital variável. O capital agora aparecerá como capital produtivo e a nova produção, proveniente do novo capital, composto também pela mais-valia capitalizada, produzirá novo montante de mercadorias. Para que a reprodução da sociedade capitalista

encontre seu fim, de acordo com a interpretação, é necessário que essa produção se realize no mercado, para que então, o capital retorne ao capitalista na forma dinheiro. Dessa forma, afirma Luxemburgo (1984, v. 2, p. 16) “Para que a acumulação se concretize, é imprescindível que a massa adicional de mercadorias, produzida pelo novo capital, conquiste para si um lugar no mercado, a fim de poder realizar-se.”.

O problema, para Rosa Luxemburgo, está no fato de que os capitalistas individuais não se organizam de forma a garantir a coincidência entre oferta e demanda. Em meio as incertezas do mercado, âmbito em que o capitalista se apoia para captação de meios de produção, força de trabalho e realização de mais-valia, como garantir a acumulação?

A produção de valor se divide em capital constante, capital variável e mais-valia. O capital constante será absorvido pelo capitalista, que fará a reposição do mesmo visando o processo de reprodução, o capital variável pelos trabalhadores, em busca de subsistência, e a mais-valia será parte consumida pelo capitalista e parte acumulada. De acordo com a autora, a segunda parte da mais-valia, que não será consumida pelo capitalista, apresenta o problema de realização.

O problema da mais-valia acumulada existe pois, não há sentido na acumulação por acumulação se não houver meio de realização dessa parcela de mais-valia. Se não houver realização dessa mais-valia, uma parte do processo de reprodução social é rompido e não é possível que seja feita a capitalização. Isso ocorre, pois, a reprodução da sociedade capitalista busca ser ilimitada, enquanto a capacidade de consumo da mesma encontra barreiras.

Dessa forma, de acordo com Carcanholo (2007, p. 4),

[...] Por toda esta argumentação, pode-se dizer que a abordagem de Rosa Luxemburgo permite concluir que o problema de realização do valor produzido (mais especificamente da mais-valia) é a causa da crise, ou então, o subconsumo inerente à economia capitalista provoca recorrentemente (necessariamente) as crises de superprodução. [...]

Entretanto, a consideração sobre a teoria de Rosa Luxemburgo ser subconsumista é questionável. Miglioli (1982) afirma que a autora não trata exclusivamente sobre a demanda por bens de consumo, mas sobre a demanda em geral. Nos parece pertinente essa análise, tendo em vista que Luxemburgo (1984) apresenta suposição quanto a excesso de bens de consumo e excesso de meios de produção por parte da sociedade capitalista que são absorvidos pelo mercado externo.

Rosa Luxemburgo pondera que com a demonstração do esquema de reprodução “obviamente nos encontramos em um círculo vicioso”. Parece que a autora, ao observar a ciclicidade exposta por Marx no esquema de reprodução ampliada, não percebeu que não era a interpretação de Marx cíclica, mas sim a forma pela qual se dá a reprodução da sociedade capitalista.

[...] Nos esquemas em questão, a sociedade capitalista produz para si mesma e segundo as suas próprias metas e finalidades. Por isso, em tais esquemas, não há nenhuma relação da sociedade capitalista com outras sociedades. [...] A produção capitalista, por tal razão, é apresentada, por Marx, como uma produção pela produção, como uma produção que se destina ao consumo humano apenas na medida em que este consumo possa servir à reprodução ampliada do capital. Os esquemas apresentam, por isso, uma sociedade em que a meta absoluta da produção é sua constante reprodução (ANTUNES; 2012; p. 59).

Nos parece que Rosa Luxemburgo não considerou o fato de que o capital é capital por estar em constante movimento e, por isso, ele aparece em um momento na esfera produtiva e em outro na esfera da circulação, mantendo-se em movimento ininterruptamente.

A problemática apresentada sobre os esquemas de reprodução de Marx é amplamente reconhecida como errônea, assim como sua compreensão sobre a dialética é geralmente questionada. Antunes (2012) afirma que Rosa Luxemburgo não compreendeu a dialética pela qual a obra de Marx, O Capital, foi construída, pois não levou em consideração a transitividade do modelo teórico apresentado no Livro II para explicação da reprodução da sociedade capitalista. A partir disso, houve então por parte da Rosa um equívoco ao buscar aplicar um modelo teórico com alto nível de abstração, que é o esquema de reprodução ampliada, para entendimento da realidade sem fazer a mediação necessária.

Além disso, há também um equívoco quanto ao que é absorvido de valor ao fim do ciclo produtivo. Ao considerar que o problema está unicamente na realização da mais-valia, que é apenas um componente do valor, Rosa Luxemburgo (1984), que reiterou que a forma mercadoria é composta pelos três componentes do valor reunidos, parece ter desconsiderado esse entendimento, pois ao trocar-se uma mercadoria, todos os componentes de valor dela são realizados. Por isso, de acordo com Carcanholo (2007, p. 6),

[...] A afirmação de que todo problema de realização se resume à realização de uma parcela específica do valor, no caso a mais-valia, decorre da confusão que se faz entre as duas noções de mercadoria. Em cada mercadoria singular está contida uma fração de todo o valor $c + v + m$ produzido pela economia e, portanto, quando ela é realizada, realiza-se esta fração, e não apenas um componente específico, seja ele c , v ou m . Assim, o problema da realização é mais complexo do que realizar uma parcela do valor produzido. [...]

As duas noções de mercadoria a que Carcanholo (2007) se refere são a mercadoria produto do capital e a mercadoria singular, que compõe a mercadoria produto do capital. A partir da primeira, é possível ver o valor como capital constante (c), capital variável (v) e mais-valia (m), porém a última é a que se efetiva no mercado, pois é entre ofertantes e compradores singulares que ocorre a realização do valor, portanto da mercadoria singular.

Porém, Luxemburgo (1984, v. 2, p. 21) faz uma colocação sobre esse aspecto, de forma a justificar o enfoque do problema na realização da mais-valia:

[...] Pareceria totalmente arbitrário supor que são exatamente essas mercadorias colocadas em mercados externos não-capitalistas que representam nada mais que mais-valia. [...] Na produção capitalista não é somente o produto total que contém a mais-valia, mas igualmente cada mercadoria em particular. Isso no entanto não evita que, a exemplo do que sucede com o capitalista individual, na venda sucessiva de sua massa especial de mercadorias contabilize primeiro a reposição de seu capital constante investido, depois o capital variável [...], para finalmente contabilizar o resto como seu lucro [...].

Dessa forma, considerando que, contabilmente, o lucro, proveniente da mais-valia, seja o último a ser considerado, a autora justifica seu enfoque no problema de realização de mais-valia sem ignorar a composição da mercadoria por capital constante, capital variável e mais-valia.

SOLUÇÃO QUANTO A REALIZAÇÃO DA MAIS-VALIA

A principal questão posta por Luxemburgo (1984, v. 2, p. 8) é “[...] para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? ”. A partir do que foi exposto na seção um deste trabalho, sabemos que Rosa Luxemburgo rompeu com a interpretação de Marx em que os departamentos produtores de bens de consumo e meios de produção, em sua interação, sejam capazes de realizar a mais-valia produzida.

Ao apresentar essa nova ótica, a autora traz a necessidade de uma sociedade externa ao capitalismo, capaz de sanar a deficiência de demanda do sistema e permitir que ocorra a acumulação do capital.

Ela retoma o termo “terceiras pessoas” proveniente da interpretação de Struve. Porém, a análise apresentada por ele não torna possível sanar o problema levantado, pois essas “terceiras pessoas” são, na verdade, as classes sociais não produtivas dependentes dos capitalistas e trabalhadores. Então Luxemburgo (1984, v. 1, p. 199) afirma que “Da argumentação de Struve ressalta, na verdade, tão-somente um forte otimismo com relação às possibilidades infinitas do desenvolvimento da produção capitalista [...]. ”, isso porque para ele nenhuma sociedade capitalista, seja qual fosse o nível de desenvolvimento da mesma, se constituiria apenas de empresários e operários.

O comércio exterior não se apresenta como uma solução, pois a análise é feita a partir do sistema capitalista, portanto o comércio entre nações capitalistas se configura em circulação de mercadorias dentro do próprio sistema.

É possível então percebermos que para Luxemburgo (1984, v. 2, p. 28), “[...] o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas [...]”

O que a autora explora como solução ao problema de reprodução, portanto, são os “mercados externos”. Esses mercados não são necessariamente externos quanto a delimitação geográfica, mas são organizações sociais não capitalistas que não se restringem a absorção de produtos da sociedade capitalista, mas também fornecem meios de produção e força de trabalho para a mesma. Pondera Luxemburgo (1984, p. 29),

[...] O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas como conceitos de Economia Social. Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. [...]

Portanto, em uma única nação podem haver relações com mercados externos. A exemplo, Luxemburgo (1984) cita a Alemanha e a Inglaterra, que entre si constituem relação de mercado interno, e as trocas entre a indústria alemã e as organizações camponesas alemãs, que configuram relações de mercados externos.

A partir do momento em que os mercados externos sejam extinguidos dentro dos limites territoriais das nações, se torna necessário que esses países busquem fora de suas delimitações organizações não-capitalistas para realizarem a mais-valia a ser capitalizada.

A QUESTÃO DO IMPERIALISMO EM ROSA LUXEMBURGO

A raiz do imperialismo, para a autora, está na impossibilidade da sociedade capitalista se reproduzir internamente. Para tanto, é necessário, como dito anteriormente, que sejam buscados mercados externos que sirvam para a realização da mais-valia a ser capitalizada.

Através da “subordinação de zonas baseadas em relações de produção não especificamente capitalistas”, como afirma Mariutti (2015), é que se dá a expansão de atuação do capitalismo e, portanto, sua reprodução.

A autora traz que o capitalismo trava uma “luta” contra as economias naturais, que são aquelas autossuficientes, que ainda apresentam vínculo entre força de trabalho e meios de produção e que,

portanto, não necessitam do mercado para se reproduzirem. Essas economias, da forma como se organizam, não servem para o capitalismo, então, a “luta” ocorre no sentido de subjugar essas organizações sociais ao domínio do capital. Dessa forma, promovem a “liberação” da força de trabalho, desfazendo as relações estabelecidas e submetendo-a ao capital. Há apropriação das matérias primas, introdução da economia mercantil e separação da agricultura e indústria no processo de destruição das economias naturais.

Essa “luta” se apresenta de forma destrutiva, a partir da aniquilação das organizações sociais não capitalistas, como afirma Luxemburgo (1984, v. 2, p. 32):

[...] É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. [...] Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. [...] o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. [...]

Um ponto crucial da análise de Rosa Luxemburgo é considerar que práticas típicas de acumulação primitiva são utilizadas pelo capitalismo durante todo seu decorrer, pois são cruciais para que seja efetivada a acumulação de capital. Portanto, é recorrente que o capitalismo se utilize de violência como forma de superar as barreiras de acumulação.

Para que se efetive essa violência necessária, o capital se utiliza do militarismo durante todo o desenvolvimento do capitalismo. Luxemburgo (1984, v. 2, p. 89) evidencia que:

[...] Ele [o militarismo] acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da chamada “acumulação primitiva”, ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou-o também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil [...] na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não-europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução de dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento de concorrência entre os países capitalistas visando à conquista de culturas não-capitalistas.

Com fundamento nessa análise, o militarismo é central para a acumulação do capital e, portanto, para o imperialismo.

Ademais, a autora confere outra função indispensável ao militarismo, que é o fato deste servir, diretamente, como meio para realização de mais-valia. Isso se dá, pois, o gasto governamental improdutivo, com o militarismo, funciona como um mercado externo. Porém, ao tratar sobre o financiamento do militarismo, considera que os impostos incidentes sobre os salários são utilizados pelo Estado para comprar armamentos, gerando assim um aumento nos lucros de mesma proporção da redução salarial. Pondera Miglioli (1982, p. 203-204):

Na verdade, porém, o financiamento do militarismo por meio de impostos sobre salários dá apenas os seguintes resultados: uma diminuição no consumo dos trabalhadores e uma transferência de lucros dos capitalistas do setor produtor de bens de consumo para os capitalistas do setor produtor de armamentos. [...] Assim, os lucros totais não aumentam, havendo apenas uma transferência de lucros deste último setor [produtor de bens de consumo] para o de armamentos. [...]

Portanto, a análise feita pela autora está equivocada, pois o imposto arrecadado do trabalhador, que reduz sua capacidade de consumo, reduzindo, portanto, os lucros do setor de bens de consumo, eleva em mesma proporção os lucros do setor produtor de armamentos.

Ao tratar sobre a concessão de empréstimos internacionais, Luxemburgo considera o mesmo como instrumento para realização de mais-valia, tendo em vista que a eles eram vinculadas a obrigatoriedade de compra das mercadorias do país concedente. Miglioli (1982, p. 201) afirma que “A autora faz uma excelente análise deste mecanismo, mas não tira daí todas as devidas conclusões”, isso porque ela não considerou que em contrapartida à realização de mais-valia, o pagamento dos empréstimos agrava o problema, sabendo que para obter meios necessários de retorno aos empréstimos, há necessidade, por parte dos países devedores, de elevar suas exportações. Por isso, Miglioli (1982, p. 202) ressalta que “quanto ao problema da realização – o importante para o capitalismo é a exportação de capital”.

O imperialismo, intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo, é a expressão maior da concorrência entre as nações pelas áreas não-capitalistas ainda disponíveis. Conforme descrito por Miglioli (1982, p. 192) “Somente quando esses mercados [externos] começam a escassear, quando as velhas potências começam a lutar entre si pelo que resta deles [...] somente então aparece a fase imperialista.”. O imperialismo se configura como meio de prorrogação da existência do sistema, mas contraditoriamente, seu desenvolvimento pode levar o capitalismo ao fim por eliminar seus meios de expansão.

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do

meio não-capitalista para acumulação, dele carece como meio nutriente do qual a acumulação se realiza por absorção. [...] O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos (LUXEMBURGO, 1984, v. 2, p. 63).

Portanto, de acordo com a análise da autora, o esquema de reprodução ampliada de Marx apresenta o resultado final de expansão do capitalismo. O momento em que aquela construção teórica se validar com a realidade, não mais será possível a acumulação, pois a realização de mais-valia e, conseqüentemente, sua capitalização, se tornam impraticáveis. Como considerado por Luxemburgo (1984, v. 2, p. 63) “[...] daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rosa Luxemburgo iniciou seu estudo retomando a análise sobre a reprodução da sociedade capitalista, levando em conta sua dificuldade em conectar o modelo teórico de Marx à realidade. Tendo como ponto de partida esse questionamento e, portanto, uma crítica aos modelos de reprodução apresentados em O Capital, Luxemburgo foi alvo de muitos questionamentos.

Com base em seu estudo, o imperialismo é consequência, portanto, da concorrência entre as potências capitalistas por áreas não capitalistas e ocorre quando essas últimas se tornam escassas, acirrando a competitividade entre as potências, que para atingirem seus objetivos utilizam preponderantemente o militarismo como aporte, bem como os empréstimos internacionais e a dominância política que eles proporcionam sobre as nações devedoras.

Para além dos equívocos metodológicos cometidos por Rosa Luxemburgo, há que se reiterar a relevância de sua análise histórica e o alicerce que as grandes potências capitalistas encontraram nas despesas militares, bem como a tendência apresentada para o comportamento adotado pelo Estado, analisado como uma extensão do controle dos capitalistas.

Referência Bibliográfica

ANTUNES, J. Os esquemas de reprodução de Marx e a crítica não-dialética de Rosa Luxemburg. *Veritas*, Porto Alegre, v. 57, n. 1, jan./abr. 2012, p. 52-70. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewFile/11226/7670>>. Acesso em: 08 set. 2016.

CARCANHOLO, M. D. Apontamentos Críticos sobre a Teoria da Crise em Rosa Luxemburgo. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2007, Campinas. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Marcelo_Carcanholo.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v. 1-2.

MARIUTTI, E. B. Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n. 40, 2015, p. 49-61. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2016_08_03_12_32_38.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.